



# DISSONÂNCIA

Revista de Teoria Crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

[www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica](http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica)

---

**Título** Apresentação

**Autor(a)** John Abromeit e Marcos Nobre

**Tradutor(a)** John Abromeit e Marcos Nobre

**Fonte** Dossiê Herbert Marcuse, Parte 1 (*Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, volume 2, número 1. 1, junho de 2018)

## Como citar este artigo:

Abromeit, J., Nobre, M. "Apresentação". *Dossiê Herbert Marcuse, Parte 1 (Dissonância: Revista de Teoria Crítica, v. 2, n. 1.1)*, p. 14-21, junho de 2018.

# APRESENTAÇÃO

John Abromeit

*State University of New York*

Marcos Nobre

*Universidade Estadual de Campinas*

Uma das diretrizes principais desse volume é apresentar os mais diferentes aspectos do trabalho de Marcuse sem ignorar ao mesmo tempo a imagem que surgiu dele no final de sua vida e que funciona como um ímã irresistível – aquela de “guru da Nova Esquerda”.<sup>1</sup> Por um lado, essa imagem aparece como uma limitação indevida, pois não faz justiça à riqueza da trajetória de Marcuse como um todo. Por outro lado, certamente não é uma coincidência que tantas interpretações de seu pensamento e ações políticas se concentrem no período de meados dos anos 1960 até o final dos anos 1970. A razão parece bastante óbvia. Antes da intervenção de Marcuse nesse período, a Teoria Crítica nunca tinha tido um impacto tão grande sobre movimentos sociais transformadores – e nem teve novamente depois de sua morte, em 1979. Um exemplo óbvio pode ser encontrado no fato de que muitos movimentos do ciclo global de revoltas democráticas de 2011-2013 não

---

1 Para uma discussão mais extensa sobre as diferentes maneiras pelas quais a imagem de Marcuse como “guru da Nova Esquerda” criou dificuldades para uma recepção menos enviesada do conjunto do seu trabalho teórico, ver “Introduction”, em *Herbert Marcuse: A Critical Reader*, (eds.) John Abromeit and W. Mark Cobb (New York and London: Routledge, 2004), p. 1-40.

estabeleceram nenhuma relação com o trabalho de teóricas críticas e de teóricos críticos da atualidade.

Contudo, por mais compreensível que possa ser, privilegiar essa imagem pública de Marcuse não deve substituir a leitura de seu trabalho em seu conjunto, que se estende por mais de seis décadas. Ao mesmo tempo, essa imagem não pode ser ignorada. Assim, pensamos que uma boa maneira de equilibrar as duas abordagens é destacar os mais importantes aspectos e contribuições do trabalho de Marcuse ao longo de sua vida como um todo, sem ignorar a particularidade desse último período.

\* \* \*

Nos ensaios reunidos nesse volume há um número de temas que se relacionam recorrentemente tanto aos aspectos filosóficos como aos de teoria social do trabalho de Marcuse. Não é de se surpreender que, em um volume dedicado à memória de Maria Érbia Cassia Carnaúba, o entendimento de Marcuse acerca da utopia, em geral, e do conceito de “utopia concreta”, em particular, é discutido e analisado em vários dos ensaios. Enquanto alguns autores, tais como Arnold Farr, procuram refutar a afirmação comum de que o trabalho de Marcuse é utópico em um sentido pejorativo, outros – como Rosalvo Schütz e Silvio Carneiro – destacam a função crítica do pensamento utópico no trabalho de Marcuse.

Um segundo tema filosófico que aparece em vários ensaios é a reivindicação de Marcuse da necessidade de proceder a uma negação determinada da própria filosofia. José Manuel Romero, Arnold Farr e John Abromeit descrevem o movimento do pensamento de Marcuse da filosofia à crítica social, que o levou

para além da filosofia a um engajamento concreto com as forças sócio-históricas, sócio-psicológicas e políticas que deram forma às sociedades avançadas industriais e pós-industriais. Como foi o caso de Marx no século XIX, a negação da filosofia feita por Marcuse foi determinada na medida em que preservou os impulsos críticos e autorreflexivos da negação original de Marx.

Nos ensaios, pode-se encontrar também uma série recorrente de temas relacionados a teoria social crítica de Marcuse. Na década de 1930, Max Horkheimer, colega mais velho de Marcuse no Instituto de Pesquisa Social, desenvolveu uma teoria socio-histórica e socio-psicológica da subjetividade burguesa – que Horkheimer denominou “antropologia da época burguesa”, também o subtítulo de seu ensaio “Egoísmo e Movimentos de Libertação”, de 1936. De acordo com Horkheimer, o capitalismo moderno não era definido somente por um novo sistema de produção baseado na apropriação de valor criado pela transformação em mercadoria da força de trabalho humana, mas também deu origem a uma nova forma dominante de subjetividade, que primeiramente emergiu entre a burguesia ascendente, mas que, em seguida, foi imposta à sociedade como um todo.

Vários dos ensaios exploram os esforços de Marcuse para teorizar sobre essas formas repressivas da subjetividade burguesa e a possibilidade de superá-las na prática. Eles também mostram o modo peculiar encontrado por Marcuse para explorar esses temas, não raramente em formulações que divergem daquelas que foram levadas em frente por Horkheimer e outros pensadores do Instituto. Jaeho Kang apresenta uma visão elaborada do conjunto dos escritos de Marcuse sobre estética com o objetivo de destacar – e criticar – a centralidade da arte autônoma na teoria crítica de Marcuse. Ele ressalta a definição abrangente de Marcuse da estética como algo relacionado aos sentidos e à sensibilidade, à imaginação

e às fundações emocionais e libidinais da subjetividade. Ele vê Marcuse como alguém que segue os passos dos surrealistas ao enfatizar o potencial da arte para dissolver estruturas reificadas e, assim, criar novas formas de subjetividade emancipada. Mas, ao mesmo tempo, vê Marcuse como um pensador que rompe com alguns dos surrealistas em sua recusa consistente de politizar a arte de maneira direta.

Farr examina os esforços de Marcuse para encontrar uma alternativa ao “individualismo possessivo” da sociedade burguesa, tornado “segunda natureza” nas sociedades capitalistas modernas, por meio do desencorajamento e da supressão de impulsos mais humanos em direção à solidariedade. Farr apresenta uma reinterpretação do trabalho tardio de Marcuse – de *Eros e civilização* em diante – com o objetivo de demonstrar como e por que as sociedades capitalistas contemporâneas ainda se encontram assombradas pelo espectro da libertação. Apesar da dominação de tendências sociais e políticas regressivas no período neoliberal, Farr explora o trabalho de Marcuse para identificar três áreas interrelacionadas nas quais possibilidades objetivas de emancipação continuam a existir: o potencial crítico da razão, em geral, e da razão prática, em particular; nossos desejos instintivos por felicidade, que jamais podem ser completamente suprimidos; e a esfera da organização política e social, que está já madura para uma transformação fundamental à luz de tendências recentes para a abolição do trabalho e, com isso, da mais-repressão.

A ideia de possibilidades objetivas de emancipação que se encontram reprimidas, mas que continua a “assombrar” a sociedade contemporânea é outro tema que emerge em vários dos artigos. Zacarias e Abromeit examinam a análise de Marcuse da tendência do capitalismo – como já analisado por Marx nos *Grundrisse* e em outros lugares – de eliminar o trabalho e colocar um fim à

dominação segundo princípios abstratos de tempo e de sublimação repressiva. Explorando um conjunto de documentos não publicados, o “*Fonds Guy Debord*” da *Bibliothèque nationale de France*, Zacarias mostra quão profunda era a afinidade entre os dois pensadores, e como a posição de Marcuse influenciou o surgimento do conceito de “sociedade do espetáculo”. Tomando *Eros e Civilização* como ponto de partida e apoio, Zacarias reconstrói a leitura de Marcuse feita por Guy Debord. Ele argumenta que Marcuse foi muito mais radical do que o pensador francês em sua teorização sobre a possibilidade objetiva de novas formas de subjetividade emancipada, que começaram a emergir nos protestos radicais de 1960 e 1970, e que poderiam emergir de maneira plena em uma sociedade pós-burguesa, pós-capitalista.

Nina Power e Farr enfatizam que, mesmo durante tempos sombrios como o presente, quando líderes autoritários e movimentos sociais continuam a ter vitórias substanciais ao redor do mundo, tais possibilidades emancipatórias continuam a existir. Elas podem ser decifradas – enquanto uma *Spiegelschrift der Erlösung*, como Adorno colocou uma vez<sup>2</sup> – não pela negação, mas em vez disso pelo foco atento nas tendências mais perturbadoras da sociedade contemporânea. Farr, Aborheit e Power também apontam às tendências políticas regressivas no presente, para lembrar-nos de uma das teses mais centrais da Teoria Crítica como um todo, isto é, a poderosa tendência inerente do capitalismo para realizar a barbárie, em lugar de possibilidades emancipatórias. Um último tema que aparece em diversos ensaios é a contínua relevância do conceito de “dessublimação repressiva” de Marcuse. Zacarias, Carneiro e Power oferecem análises perspicazes de conceitos centrais, através de comparações dos escritos mais

---

2 Theodor W. Adorno, *Minima Moralia: Reflexionen aus dem beschädigten Leben* (Frankfurt: Suhrkamp, 1951), p. 334.

tardios de Marcuse com as teorias de Guy Debord, Michel Foucault e Mark Fisher.

Mesmo essa breve visão de conjunto dos ensaios aqui reunidos mostra quão extenso foi o alcance dos temas e interesses da trajetória de Marcuse. Mais do que isso, esse volume da *Dissonância* também tenta destacar alguns dos mais significantivos estágios de sua dita trajetória. Começa com a apresentação de Cuevas do jovem Marcuse, do ensaio de 1928, “Contribuições para uma fenomenologia do materialismo histórico” – um engajamento direto com *Ser e tempo* de Heidegger –, até o ensaio de 1936, “Sobre o conceito de essência”, e segue até o fim com a investigação feita por Kang do último livro publicado por Marcuse, em 1977, *A dimensão estética*. O ensaio de Cuevas mostra como a crítica de Marcuse ao conceito heideggeriano de historicidade foi decisiva na moldagem de sua própria entrada no materialismo interdisciplinar, levado adiante por Horkheimer na década de 1930. Cuevas apresenta tal movimento como uma apropriação e uma interpretação de conceitos como “Dasein” e “Sorge” nos termos de um quadro conceitual fornecido por Marx, Lukács e Korsch. É interessante ver como a interpretação de Cuevas destaca uma convergência progressiva entre Marcuse e Horkheimer, apesar das divergências que emergiram entre os dois ao longo do tempo.

Avançando duas décadas na trajetória de Marcuse, o ensaio de Carneiro foca no grande livro da década de 1950, *Eros e civilização*, e o no seu conceito central de “mais repressão”. Carneiro reconstrói pacientemente o conceito que possibilitou reunir Freud e Marx de uma maneira muito original. Ao fazer de *Eros* o centro gravitacional do trabalho de Marcuse, Carneiro defende que uma boa interpretação desse livro e de suas ressonâncias nos trabalhos mais tardios oferece uma maneira diferente e mais interessante de abordar os fenômenos biopolíticos

que muitas teóricas e muitos teóricos enfrentam legitimamente hoje.

Muito dos ensaios desse volume também colocam a questão de como interpretar os movimentos teóricos e práticos de Marcuse nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o que também significa que eles estão explicitamente ou implicitamente preocupados com a relevância de Marcuse para um diagnóstico do nosso tempo presente – como é de se esperar da parte de teóricas críticas e de teóricos críticos. Nina Power mostra as afinidades entre o livro escrito por Marcuse em 1964, *O homem unidimensional*, e o livro escrito por Mark Fisher em 2009, *Capitalism Realism*. Adotando “o ponto de vista do inferno” – isto é, focando-se precisamente em algum dos aspectos mais desafiadores da sociedade capitalista contemporânea – Power revela o inquebrantável poder explicativo dos conceitos centrais de Marcuse, tais como “dessublimação repressiva”. Ela demonstra como a teoria de Fisher pode ser interpretada como uma teoria que continua e atualiza muitas das críticas de Marcuse à ideologia do “socialmente necessário” e à “consciência feliz”.

Abromeit retorna a um ensaio não-publicado que Marcuse escreveu logo depois da reeleição de Richard Nixon como presidente em 1972 com o objetivo de investigar a análise presciente feita por Marcuse acerca das tendências “neofascistas” nos Estados Unidos, que ganharam muita força deste então e culminaram na eleição de Donald Trump. Abromeit argumenta que os insights teóricos de Marcuse permanecem relevantes, mas precisam ser suplementados por um engajamento com estudos críticos mais recentes nas ciências sociais de fenômenos como o encarceramento em massa, o aumento da desigualdade e o crescimento da precariedade da vida que vêm com a contínua abolição capitalista do trabalho.

Não é uma coincidência, portanto, que os ensaios de Schütz e Giesen refiram-se às aparições públicas de Marcuse nos últimos anos de sua vida, mostrando-nos maneiras de analisar os eventos a quente, no calor do momento. Schütz toma a última aula pública de Marcuse, de 1979, como um ponto de partida para construir seu argumento acerca da especificidade do modelo crítico marcuseano. Para Schütz, assim como para Maria Carnaúba, essa é a especificidade da “utopia concreta”. Voltando para a discussão de 1967 sobre o *The End of Utopia* e o debate entre Marcuse e Bloch, Schütz apresenta os requerimentos marcuseanos para a negação socio-histórica do presente que conduz para as possibilidades utópicas que não são de fato utópicas em um sentido tradicional da expressão.

Não se pode ressaltar suficientemente a vivacidade do relato de Giesen. Ele revisita o debate de 1976 entre Marcuse e o político conservador da Alemanha Ocidental Kurt Biedenkopf. Ele interpreta o debate – e o fato de que Biedenkopf estava realmente disposto a debater com Marcuse – como um sinal da grande mudança em andamento no mundo ocidental no período em questão, rumo a um novo período de hegemonia neoliberal, com o ressurgimento nos anos 1980 da política populista de direita e conservadora. Essas tendências continuaram sem interrupção até o presente, apesar do fato de que a crise capitalista de 2008 em grande medida ter desacreditado a ideologia neoliberal. Uma alternativa clara ao neoliberalismo – e ao seu irmão gêmeo, o populismo de direita – ainda está para surgir. Em tal momento é mais importante do que nunca revisitar o legado teórico e prático de Herbert Marcuse: porque e enquanto continuarmos a procurar por uma alternativa real à barbárie do capitalismo.